



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social

Sub-eixo: Questão Agrária

A FOME É POLÍTICA E SUA CAUSA É O LATIFÚNDIO: A QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA E O SISTEMA AGROALIMENTAR HEGEMÔNICO¹

ALINE OGLIARI²

ANA CARLA WERNEQUE RIBAS³

RESUMO

O artigo parte de algumas urgências frente à crise do modo de produção capitalista. Aborda o neoextrativismo e o colonialismo químico a partir do capitalismo dependente e da divisão internacional do trabalho, e apresenta reflexões sobre a questão agrária brasileira, o sistema agroalimentar hegemônico e a fome. Abordagem de caráter exploratório e de tipo bibliográfica, a partir da Teoria Crítica.

Palavras-chave: neoextrativismo; colonialismo químico; questão agrária; sistema agroalimentar; fome.

RESUMEN

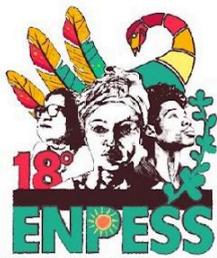
El artículo parte de algunas emergencias ante la crisis del modo de producción capitalista. Aborda el neoextractivismo y el colonialismo químico basado en el capitalismo dependiente y en la división internacional del trabajo, y presenta reflexiones sobre la cuestión agraria brasileña, el sistema agroalimentario hegemónico y el hambre. Enfoque exploratorio y bibliográfico, basado en la Teoría Crítica.

Palabras-clave: neoextrativismo; colonialismo químico; cuestión agraria; sistema agroalimentario; hambre.

¹ Pesquisa foi desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade Federal de Santa Catarina, com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC).

² Universidade Federal de Santa Catarina

³ Universidade Estadual do Rio de Janeiro



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

1 NOTAS INTRODUTÓRIAS

‘Crise’ é um termo intrínseco ao modo de produção capitalista, e é um fato recorrente ao longo dessa história que dura já dura mais de dois séculos. As constantes e cada vez mais intensas crises são sinais explícitos do seu esgotamento; e a cada nova crise produzida, esse modo de produção radicaliza a barbárie em sua reinvenção e prova o quão autofágico é. É um círculo vicioso que precisa ter fim. As somadas crises alimentar, socioeconômica, ética e ambiental atuais são faces de uma grande crise estrutural do modo de produção dominante, cujos rebatimentos perversos são impostos principalmente às populações ‘descartáveis’ dos países periféricos, assim como foi nos mais diversos períodos históricos.

O agravante dessa atual crise sistêmica é, sem dúvida nenhuma, a emergência climática, o que expõe mais do que nunca a urgência de se pautar, organizar e propor saídas que construam um outro paradigma societário e que tenha a justiça socioambiental ao horizonte. Esse é um debate que se tornou inadiável e inevitável de ser feito. Silva (2010) alerta que, se a destruição da natureza pela produção industrial possuía uma escala mais localizada em outros tempos, no atual momento a natureza evidencia cada vez mais sinais de seu esgotamento, o que, por consequência, significa obstáculos à intensa produção mercantil e à sua expansão. Esses obstáculos se referem desde a escassez de matérias-primas até a “dimensão dos danos sociais, políticos e econômicos causados pela depredação ambiental e pela poluição” (p. 67). Apesar de o movimento ambientalista ter um leque bem grande de abordagens, com correntes teóricas e políticas amplamente distintas (que vai das mais conservadoras e reformistas, às mais progressistas e críticas), ele converge em reconhecer que é a ação humana que está depredando a natureza, e cujas consequências são significativas para as condições da vida humana no futuro. Na verdade, esse ‘futuro’ já não é mais tão distante e abstrato assim em pleno ano de 2024, visto que os efeitos do aquecimento global e das mudanças climáticas já são sentidos em todas as partes do mundo. Girardi (2024), em reflexão sobre o relatório “Estado do Clima Global 2023”, publicado pela Organização Meteorológica Mundial (WMO), cita como exemplo as enchentes recorrentes, as secas prolongadas, os recordes de temperaturas extremas, bem como os rebatimentos sociais com o agravamento da desigualdade social, da pobreza extrema, da insegurança alimentar e hídrica, o aumento do fluxo migratório por questões climáticas (os chamados refugiados climáticos), os conflitos territoriais, e mesmo a ameaça à democracia



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Todavia, cabe sinalizar que, dentro das vertentes do campo progressista, a compreensão se articula diretamente com aquela que defende a necessidade de superar o modo de produção capitalista e as relações sociais por ele produzidas. Essa vertente, de viés marxista, compreende que “a problemática ambiental tem origem na forma histórica que o sistema do capital exerce domínio sobre a natureza, convertendo-a em mercadoria e submetendo-a às necessidades de sua reprodução” (Silva, 2010, p. 77), e que, devido a isso, não há uma crise ecológica em si mesma, pois é o próprio capitalismo que está em crise. Ele, por sua vez, para se reorganizar e se reestabelecer, faz recair com maior pressão a exploração sobre os/as trabalhadores/as e sobre a natureza. Superar o modo de produção capitalista é a única forma de favorecer a superação de tal crise ambiental.

Em se tratando de América Latina, é fundamental identificar as urgências demandadas pela conjuntura atual e, para tal, é preciso sinalizar alguns pontos que constituem a história, de forma particular a mais recente, desse continente especializado em perder, como diria Eduardo Galeano. Nos limites metodológicos e de finalidade postos para o presente artigo, serão tratados apenas alguns elementos da realidade latino-americana e brasileira, colocados em uma perspectiva de totalidade para melhor compreender especificidades conjunturais de determinadas épocas. Dessa forma, o objetivo do artigo é traçar algumas reflexões sobre a complexidade da questão agrária brasileira e do sistema agroalimentar hegemônico, a partir de suas nuances e reflexos, como a produção de miséria e fome. A abordagem feita é de caráter exploratório, de tipo bibliográfica e fundamentada a partir da Teoria Crítica.

Nos dois primeiros tópicos, serão utilizados como principais fios condutores os estudos e provocações realizadas por Maristela Svampa (2019), em torno das novas fronteiras do neoextrativismo na América Latina, e por Larissa Bombardi (2023), sobre agrotóxicos e colonialismo químico. Ao final, apresentam-se algumas considerações sobre a questão agrária brasileira, o sistema agroalimentar hegemônico, e a complexidade da discussão assume quando são considerados os impactos sociais que a concentração fundiária tem no desenvolvimento das forças produtivas, com a produção da miséria e da fome. Serão apresentados alguns dados atuais que se referem à tal complexidade, junto do aporte teórico de alguns autores, como Josué de Castro (1968).

2 O NEOEXTRATIVISMO NA DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

O extrativismo, associado à ‘conquista’ europeia e ao genocídio, é em elemento central na história da América Latina. Sua dimensão histórico-estrutural está vinculada à constituição da Europa e à expansão do capital, e nunca teve uma ‘linearidade’ estabelecida, já que sempre foi atravessado pelos ciclos econômicos sucessivos dependentes e demandados pelo mercado mundial. Ao compreender o atual momento histórico e ao considerar o acréscimo de novas características e dimensões desde o início do século XXI, Svampa (2019) sinaliza uma categoria analítica chamada de “neoextrativismo”. Ainda que o prefixo ‘neo’ venha com certa reserva teórica, a ideia da autora é propor o debate crítico considerando certa atualização do extrativismo e da dinâmica posta pela divisão internacional do trabalho, que historicamente relega aos países periféricos o papel de fornecer matérias e produtos agrícolas baratos para os países centrais. Ao aludir aos padrões insustentáveis de desenvolvimento e advertir sobre o aprofundamento de uma lógica de espoliação, a categoria também “tem a particularidade de iluminar um conjunto de problemáticas multiescolares, que definem diferentes dimensões da crise atual” (p. 24).

O neoextrativismo pode ser lido em dois níveis: um mais geral, como “janela privilegiada”; e outro mais específico, em escala nacional, regional e/ou local, como um “modelo sociopolítico e territorial” (Svampa, 2019, p. 28). Como janela privilegiada, é possível considerar cinco aspectos: 1) ele está no centro da fase de acumulação contemporânea, para suprir o aumento do metabolismo social do capital; 2) escancara a crise desse projeto de modernidade e da crise socioambiental; 3) também se conecta à cíclica crise econômica global e aos seus rebatimentos; 4) por ele, é possível realizar uma interpretação geopolítica, de uma transição de hegemonia entre potências globais, dos Estados Unidos em declínio e da China em ascensão; e 5) realizar uma leitura referente à crise da democracia, na relação do regime político, da democracia em si e da defesa/ameaça aos direitos humanos.

Enquanto como modelo sociopolítico territorial, algumas das características do neoextrativismo é o fato de ele se caracterizar pela superexploração de bens naturais cada vez mais escassos; pela orientação da exportação de bens primários em grande escala; pelo avanço predatório aos territórios outrora considerados improdutivos pelo grande capital e que amplia suas fronteiras; e pela magnitude dos empreendimentos e investimentos. Na dinâmica territorial, a tendência é a ocupação intensiva dos territórios, a grilagem e a concentração de terras, redefinindo as disputas por terra (logo, também agrava a questão agrária, embora não sinalizado explicitamente pela autora).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

A mudança de época que foi a passagem (que não significa ruptura) do Consenso de Washington, que marcou a década de 1990 com a valorização financeira e políticas neoliberais, ao Consenso de *Commodities*, a partir dos anos 2000 e que coincidiu com o ciclo de governos progressistas na América Latina, marca o contexto histórico em que o neoextrativismo se expande. Aqui, ele está “baseado na exportação em larga escala de bens primários, no crescimento econômico e na expansão do consumo” (Svampa, 2019, p. 36). O *boom* das *commodities* provocou alguns efeitos, como a reprimarização da economia e a desindustrialização precoce, e uma carga político-ideológica que denota uma espécie de acordo sobre um caráter ‘irresistível’ dessa dinâmica extrativista, onde há demanda global crescente por bens primários, em estreito vínculo com o capital multinacional.

Por isso também é que, posto como uma chave de leitura, o neoextrativismo traz elementos para tratar da questão agrária no Brasil a partir de pontos comuns. A expansão da fronteira agrícola, a produção de *commodities* em larga escala, a grilagem e a concentração de terras, os conflitos fundiários e territoriais, sinalizados anteriormente, aparecem como características constitutivas de um processo constante de espoliação e violência. Inclusive, a autora cita o agronegócio como uma das faces neoextrativistas, junto da (mega)mineração e da exploração de hidrocarbonetos.

Na promessa de ‘desenvolvimento’ que vem desde muito antes, ainda na década de 1950, se difunde na propaganda de modernizar o campo para se produzir toneladas de alimentos e resolver o problema da fome. O mito de tornar a região o ‘celeiro do mundo’ ganha adesão popular e estabelece um imaginário social otimista diante da realidade famélica e miserável nos países latinos. Essa modernização tem na chamada ‘Revolução Verde’ um projeto político de dominação e de hegemonia do *agribusiness* como modelo produtivo capitalista no campo – traduzido para ‘agronegócio’ na década de 1990, e hoje chamado apenas de ‘agro’, uma estratégia de *marketing* para se tornar popular (Chã, 2018).

O uso de agrotóxicos, fertilizantes sintéticos, sementes híbridas e transgênicas, maquinário pesado para plantio e colheita, entre outros, faziam parte do seu pacote tecnológico. Segundo Chã (2018), os programas da Revolução Verde, sustentados pelo Banco Mundial e pelo FMI, passaram a financiar pesquisas científicas e de extensão rural (campo educacional); a condicionar a concessão de créditos de bancos à produção agrícola somente com a aquisição dos itens do seu pacote tecnológico (domínio do capital financeiro); e a pautar a política agrícola de muitos países, submetendo mais intensivamente os governos aos interesses do capitalismo internacional



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

por meio das grandes corporações. No Brasil, ela se consolida com a Ditadura civil-militar, de 1964 aos anos de 1970, e se mantém como estrutura hegemônica.

É interessante perceber como todas essas questões abordadas até aqui fazem uma interface com o dilema apresentado por Osório (2019) em relação à constituição de semi-Estados na periferia do capitalismo mundial, no exercício limitado da soberania estatal.

O suposto *semi-Estado-nação* que existiu e que hoje existe nas regiões dependentes é o *tipo de Estado* requerido pelos interesses sociais internacionais e locais que lucram com o mundo que o capital constrói. Acreditar que podem funcionar com a soberania e a forma existentes nos Estados-nação do centro do sistema significa não entender a dialética heterogênea inerente ao capitalismo e sua expansão em escala mundial (Osório, 2019, p. 192 – *grifo do autor*).

Na correlação de forças colocadas sob o prisma da geopolítica mundial, essa noção da constituição de Estado joga e manipula a perspectiva de soberania real ou restringida na organização política na periferia, balizada historicamente por interesses econômicos. Os Estados centrais estabelecem alianças políticas e econômicas estratégicas para barganhar poder a favor de seus próprios interesses. É uma compreensão que reforça como o capitalismo dependente foi gestado para orientar a produção dos países periféricos para o mercado internacional dos países centrais, e o que deu vida a esse capitalismo foi o modelo “agrário-mineiro exportador” (Osório, 2019, p. 185). O mercado interno ficou relegado a um lugar absolutamente secundário, com as camadas sociais ligadas ao capital estando conformadas nessa perspectiva, ao passo que as camadas assalariadas ficaram apenas como acessórias, sem ser incorporadas ao consumo e sem usufruir da riqueza socialmente produzida.

3 SOB A ÓTICA DO COLONIALISMO QUÍMICO E A EXPANSÃO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA

O Brasil é um dos maiores produtores e exportadores de *commodities* do mundo, e um dos maiores importadores e consumidores de agrotóxicos. Em suas bases de estruturação e reprodução, há uma relação direta entre esses postos: o modelo agrário latifundista, monocultor e agroexportador, de um país da periferia global. Segundo Bombardi (2023), a questão agrária é o pano de fundo para se compreender essa dinâmica, sendo a propriedade privada da terra e a sua concentração a grande chaga da formação social e territorial do país.

A autora reúne dados que apontam que 90% dos agrotóxicos em circulação no Brasil são aplicados em lavouras de soja, milho, algodão, pasto (para a pecuária) e cana-de-açúcar, principais *commodities* produzidas e, em sua grande maioria, de cultivos transgênicos – só para os cultivos de soja, foram destinados 57% dos agrotóxicos vendidos em 2021. Proporcionalmente, entre consumo e área destinada, o Centro-Oeste é a região que mais consumiu agrotóxicos em 2019, com 209 mil toneladas, seguida da região Sul, com 150 mil toneladas. São índices alarmantes, e se agravam ainda mais quando colocados em perspectiva ao se considerar que a área destinada para esses cultivares segue em expansão (substituindo áreas cultivadas por outros produtos tidos com menor valor comercial, e na ampliação da fronteira agrícola para áreas florestais e de territórios tradicionais), enquanto as áreas utilizadas para a produção de culturas alimentícias estão em retração.

Nas últimas três décadas, a área cultivada com mandioca diminuiu 38%, a do feijão, 47%, e a de arroz, 58%. Bombardi (2023) chama a atenção para o fato de que essas são três variedades alimentícias pilares da cultura alimentar brasileira e estão perdendo espaço territorial da área agricultável para o mercado de *commodities* e agroenergia. Nesse mesmo período, a área destinada para o plantio de eucalipto aumentou 99,6%; para a de cana-de-açúcar, 153%; e a de soja, 210%.

Aqui cabe lembrar que a produção do agronegócio brasileiro é centrada em itens como soja, cana, celulose, café, algodão e carne. Os dados das exportações relativos a elas, para o primeiro semestre de 2024 e divulgados pelo Governo Federal, contabilizam um aumento total de 4,5% em relação ao mesmo período de 2023. Apenas a soja, para citar um exemplo, subiu de 14,96 milhões de toneladas em junho de 2023 para 15,07 milhões de toneladas em junho de 2024, um aumento de 0,7%. Em cifras, as exportações do agronegócio somaram US\$ 166,20 bilhões, um crescimento de 2,4% em um ano. Porém, é ilusório achar que esses lucros todos movimentam, de fato, a economia do Brasil. Além de serem lucros dos grandes proprietários de terras, tanto agrotóxicos importados quanto as *commodities* exportadas, não são nem tributados, pois tem isenção de impostos prevista na Lei Kandir, e agora, incorporados pela Reforma Tributária.

As consequências nocivas que decorrem dessa relação aparentemente específica, mas que por trás detém uma trama altamente complexa, podem ser facilmente sinalizadas, e são de ordem socioambiental, sanitária, cultural, política e sobretudo econômica, como explica Bombardi (2023). A expansão da soja e do gado crescem principalmente em direção à Amazônia, deixando



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

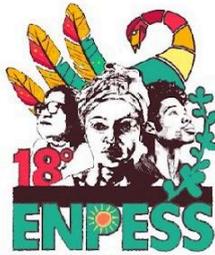
um rastro de destruição pelo Cerrado e outras regiões. Geralmente, o pasto para a pecuária abre caminho por meio do desmatamento e, na sequência, é substituído pela soja. Em pouco tempo, a terra concentrada seguirá sendo propriedade privada, mas estará improdutivo, contaminada, arrasada e abandonada. Junto do desmatamento, da pecuária intensiva e da terra arrasada, o ar e a água também ficam altamente contaminados pelos resíduos de agrotóxicos, e são efeitos centrais no agravamento do aquecimento global.

Concomitante a isso, a autora ressalta que a agricultura capitalista não responde às necessidades da alimentação humana, a começar pela substituição dos cultivos, como demonstrado anteriormente. É fato que em tempos de globalização neoliberal e do capital financeiro, também o setor agrícola conte com as grandes corporações que se impõem como impérios alimentares, tecnológicos e financeiros. A chamada agricultura 4.0, ou de precisão, fala muito mais sobre a economia e o mercado internacional, do que sobre a produção de alimentos. Enquanto o agronegócio comemorava recordes de safras, a fome dobrou no Brasil entre 2023 e 2020, tendo o campo, paradoxalmente, com índices muito maiores do que na cidade, como veremos mais adiante.

A água consumida e a comida que chega na mesa da população brasileira possuem resíduos de agrotóxicos muito mais acima do que o tolerável⁴ e muito mais acima do que é permitido na Europa, onde a legislação é extremamente mais restritiva. Bombardi (2023) cita o exemplo do glifosato, o herbicida mais consumido no Brasil e onde sua concentração na água é 5 mil vezes maior do que na Europa. Em relação aos impactos na saúde pública, o glifosato está associado, entre outros, a diversos tipos de câncer, infertilidade, autismo, problemas renais, a diversos problemas de gestação, incluindo má formação e morte fetal. Outros tipos de agrotóxicos e seus princípios ativos seguem na mesma linha de intensidade de uso, concentração na água e em alimentos com índices muito acima do permitido, e efeitos perversos na saúde pública.

Uma situação preocupante e que não colabora com um debate público amplo e realmente sério em torno do uso de agrotóxicos, está na dificuldade de comprovação de seus impactos na saúde da população, seja pela subnotificação, seja pelas barreiras legais, midiáticas e econômicas que relativizam a comprovação das intoxicações crônicas geradas pela exposição ao uso e consumo de agrotóxicos. Os números de subnotificação apresentados por Bombardi (2023) sinalizam a ordem de 1 caso registrado para 50 ocultos: oficialmente, o Ministério da Saúde tem o

⁴ Supondo ser possível aceitar a ingestão de uma média de agrotóxicos por dia, foi construída uma métrica chamada 'dose' ou 'ingestão diária aceitável' de agrotóxicos, expressa na relação mg/kg. Ela varia por tipo de agrotóxico e pela massa corporal de cada pessoa.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

registro de 58.870 pessoas intoxicadas por agrotóxicos entre 2010 e 2019, mas a estimativa é que mais de 2,834 milhões de pessoas podem ter tido alguma intoxicação aguda após a exposição direta a algum agrotóxico.

Diante dessa questão, do seu significado mais amplo e problematizando ao comparar com a forma como os agrotóxicos são tratados pela União Europeia, a autora elabora o que chama de colonialismo químico. Para ela, essa expressão

ajuda a desnudar “o que” e “em que” tem se desdobrado esse movimento do capital, quando as indústrias sediadas em países centrais do sistema econômico internacional vendem agrotóxicos proibidos em seus próprios territórios para os países do Sul global, particularmente da América Latina. Além de ocasionar os já mencionados problemas socioambientais, essas substâncias têm sido usadas como “armas” em conflitos fundiários (Bombardi, 2023, p. 65).

Ou seja, o termo ainda revela uma dimensão muito mais estrutural, e confirma a reprodução dos seus traços mais característicos ao longo da história. Para a autora, a histórica violência no campo assume mais uma feição, a química, e se soma às já conhecidas violências social e ambiental, que ocorrem de forma física e biológica. Colonialismo químico e colonialismo molecular são expressões da mesma família, e descrevem o abismo que existe entre o Norte e o Sul globais, revelado nas assimetrias existentes entre o que é proibido e protegido lá, e o que é permitido e exposto aqui. A pulverização aérea é mais um exemplo do que é proibido na União Europeia e permitido no Brasil, sendo utilizada como técnica na aplicação de substâncias químicas nas grandes lavouras, mas também como forma de ataque às comunidades circunvizinhas e que resistem ao avanço do latifúndio.

4 QUESTÃO AGRÁRIA, SISTEMA AGROALIMENTAR E A PRODUÇÃO DE FOME

Os debates entorno da questão agrária consideram que a realidade agrária abarca a questão da posse, da propriedade e da utilização das terras, e se tornam mais complexos e pertinentes quando consideram os impactos sociais que a concentração fundiária tem no desenvolvimento das forças produtivas das sociedades e quais suas influências sobre o poder político estabelecido.

O termo ‘agrário’ empregado para se referir a uma questão que poderia ser apenas fundiária ou territorial, remete a uma associação entre terra, trabalho e capital, o que implica a existência de organização e exploração do trabalho a partir e em paralelo ao acesso e uso da



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

terra, enquanto propriedade privada, e a formação de classes sociais distintas, com interesses diferentes e em disputa. Por consequência, ‘questão agrária’ denota conflito em torno dessa posse e uso da terra, mas também das condições de vida de quem vive nela. A história e a constituição da questão agrária devem ser entendidas como o “[...] conflito em torno da extensão plena da cidadania – política e social – aos homens e mulheres que trabalham no campo” (Linhares e Silva, 2021, p. 32), e como resultado da formação sócio-histórica latino-americana e brasileira, em suas particularidades, que se firmam sobre bases escravocratas, coloniais e latifundiárias.

Ianni (1988) compreende que uma das bases e um dos aspectos mais importantes da chamada ‘questão nacional’ na América Latina, é o problema agrário. As linhas gerais dessa estrutura agrária desigual foram estabelecidas já na época colonial, com a organização das sesmarias, latifúndios, plantações, engenhos, a forma de organização social e técnica da produção, o trabalho escravo. Com as independências das nações, os interesses oligárquicos seguiram predominando e se associaram à economia primário exportadora, construíram ferramentas legais para a apropriação e monopolização da terra, expulsão de camponeses e a formação de contingentes de trabalhadores livres para as indústrias nas cidades.

No Brasil, a Lei de Terras de 1850 tornou a terra propriedade privada, e o Estado passou a ter um papel de vendedor de terras públicas e legitimador da concentração fundiária nas mãos dos antigos senhores sesmeiros. Os dispositivos legais da nova lei garantiram que o latifúndio se consolidasse, e que os pobres tivessem pouca ou nenhuma condição de acessá-las. Após a abolição formal da escravatura, em 1888, tal sistema se consolidou por meio do latifúndio monocultor, do poder da elite agrário-urbana-industrial, e do aprofundamento da exploração, marginalização e empobrecimento da classe trabalhadora, especialmente de trabalhadoras/es pretas/os e pardas/os. As origens do sistema agrário do país estão nessas formas de organizar a produção, no uso extensivo e ocupação concentrada da terra, e na superexploração da força de trabalho, e o próprio processo de urbanização e industrialização brasileira, no desenvolvimento do capitalismo urbano-industrial dependente, articulou-se ao capitalismo agrário e à modernização agrícola conservadora.

Considerando que questão social é produzida pela contradição capital-trabalho, determinada justamente pela exploração do trabalho característica do modo de produção capitalista, é de se saber que as características da formação social brasileira moldam as expressões da questão social que aqui se manifestam. Logo, se a agricultura se constitui a partir do capitalismo agrário, em nítida organização empresarial e industrial, reproduzindo a lógica do



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

capitalismo mundializado e imperialista, a multiplicidade e as multifacetadas expressões da questão social que daí decorrem, sublinham ainda mais complexidade na resolução da questão agrária.

Nesse sentido, das expressões da questão social e das relações sociais decorrentes da concentração fundiária, ressaltam duas perspectivas intrínsecas, terra e trabalho, pois

[...] a estrutura fundiária de um país espelha claramente a estrutura social deste país; a divisão da terra é a expressão física das divisões sociais existentes numa sociedade. Se a riqueza é concentrada e as diferenças sociais são abismais, a estrutura fundiária será necessariamente concentrada, refletindo a exclusão da maioria do usufruto das riquezas produzidas (Linhares e Silva, 2021, p. 88).

Diante da estruturação agrária no Brasil, país de capitalismo dependente, e do que significa a concentração de terra, se constata que ‘terra é poder’, onde o monopólio da terra tem a sua correspondência no monopólio do poder político e econômico. Segundo o Censo Agropecuário 2017, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2019, atualizam os dados históricos da inalterada concentração de terras no Brasil. Em 2017, a área agrícola ocupava a 41,1% de todo o território nacional. Desses, apenas 2,27% correspondiam às áreas agrícolas utilizadas por 50,13% dos estabelecimentos com menos de 10 hectares; enquanto 47,6% eram ocupadas por 1% dos estabelecimentos com mais de 1.000 hectares. Na mesma dinâmica das desproporções, embora ocupando tão pouca área, a agricultura familiar empregava 67% da mão de obra no campo, predominantemente familiar, o que equivale a mais de 10 milhões de pessoas, e é quem detinha uma produção diversificada, voltada basicamente para abastecimento interno.

Sobre o monopólio político e econômico, o poder que o agronegócio exerce sobre o Estado pode ser facilmente constatado já na lista de deputados e senadores que compõem a bancada ruralista, como é mais conhecida a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), uma das bancadas mais articuladas e poderosas do Congresso Nacional. Em seu site oficial, a FPA sinaliza que são 324 deputados/as federais e 50 senadores/as, 374 ao todo, que compõem tal bancada. Isso significa 63% do parlamento brasileiro. Outro exemplo é o que o agronegócio captura de recurso público por meio do Plano Safra⁵ de cada ano. O de 2024-2025, lançado em julho 2024, é da ordem de R\$ 476,59 bilhões para financiamentos. Desse montante, R\$ 400,59 bi são destinados

⁵ O Plano Safra é a previsão orçamentária anual para financiar contratos de Crédito Rural. Contempla linhas de crédito por categorias: o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), para os pequenos produtores familiares; o Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (PRONAMP), para os médios; e as ‘Demais’ categorias, onde se encontram, principalmente, os grandes latifundiários do agronegócio.

para a chamada agricultura empresarial (R\$ 65,23 bi para o PRONAMP, e R\$ 335,36 bi para as 'demais' categorias), o que corresponde a pouco mais de 84% do recurso total (13,7% e 70,4%, respectivamente). À agricultura familiar, com o PRONAF, resta o acesso a apenas R\$ 76 bi, ou os restantes 15,9% do total.

No início de 2022, mais 33 milhões de pessoas se encontravam em insegurança alimentar (IA) grave, que é o termo palatável para se referir à fome. Esse número foi apresentado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN), em seu II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (II VIGISAN). O relatório revela que a Insegurança Alimentar atingia 58,7% dos lares brasileiros, onde 28% em IA leve; 15,2% em IA moderada; e 15,5% em IA grave, e apenas 41,3% dos lares se encontram em situação de SA. Esses números não são vazios e frios em si, pois correspondem a uma população real, que soma mais de 125,2 milhões de pessoas em algum grau de insegurança alimentar.

Os dados ainda demonstraram que as regiões geográficas que mais havia índices de IA eram o Norte (71,6%) e o Nordeste (68%), sendo a fome presente em 25,7% dos lares da primeira região, e 21% dos da segunda (na região Sul, 10%). Em relação à raça e gênero, 65% os lares comandados por pessoas pretas ou pardas estavam em algum grau de IA, sendo 18,1% em situação de IA grave; e os chefiados por mulheres também estavam entre os que mais se encontram em insegurança alimentar, onde 19,3% passam fome. Em famílias com crianças de até 10 anos, bem como nas com três ou mais adolescentes até 18 anos, os índices eram tão graves quanto os demais. Dessas famílias, são 18,1% e 25,7% respectivamente. A condição alimentar da população rural também era alarmante em relação à média nacional: são 63,8% de lares em algum grau de IA, onde 16,9% em IA moderada e 18,6% em IA grave – sobre esse número, é paradoxal pensar que o lugar onde se produz alimento é o mesmo onde mais se concentra a fome e pobreza.

A fome é política e estrutural, e carece de políticas públicas estruturais e permanentes, mas não apenas, por suposto. No último um ano e meio, ainda que de forma tímida e limitada por conta da Emenda Constitucional nº 95, que estabelece o Teto de Gastos (sim, a fome tem um teto orçamentário para ser 'combatida'), houve a retomada de políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional, absolutamente desmontadas pelos governos Temer e Bolsonaro. Ainda assim, em junho de 2024, o atual Governo Federal comemorou os dados divulgados no Relatório

das Nações Unidas sobre o Estado da Insegurança Alimentar Mundial, onde constata-se que 14,7 milhões de pessoas deixaram de passar fome em 2023.

O questionamento que fica é como que em um país de proporções continentais, um ‘celeiro do mundo’, tanto investimento público e poder político investido ao agronegócio, possa haver tanta miséria e fome? A afirmação que dá nome a esse artigo, é uma síntese conclusiva da obra de Josué de Castro, grande intelectual brasileiro e referência mundial no debate sobre (in)segurança alimentar e nutricional. Ziegler (2013) afirma que através de toda a sua obra científica, interdisciplinar, com atuação militante e visão a longo prazo, Castro derrotou a lei da necessidade de Thomas Malthus. Enquanto Malthus dizia que a fome era o resultado da superpopulação e da escassez de alimento, Castro “demonstrou que a fome derivava de políticas conduzidas por homens e que ela poderia ser vencida, eliminada, pelos homens”, pois esse massacre não é resultado de uma fatalidade. “Trata-se de pesquisar suas causas e combatê-las” (p. 112). Ou seja, antes de tudo, a fome e sua permanência eram uma questão política, que não decorria apenas de fatores geográficos e populacionais. Por meio de rigorosas pesquisas desenvolvidas, Castro demonstrou que, na verdade, a causa para a subalimentação e a fome era o próprio latifúndio; e mais, que

[...] Não era a superpopulação dos campos e das cidades a responsável pela progressão da fome, mas justamente o contrário: os muitos pobres multiplicavam seus filhos pela angústia diante do amanhã; as crianças, que queriam tão numerosas quanto possível, constituíam uma espécie de segurança no futuro – se sobrevivessem, ajudariam seus pais e a viver e, sobretudo, a envelhecer sem morrer de fome (Ziegler, 2013, p. 114).

Castro (1968), ao discutir sobre fome endêmica, epidêmica e oculta⁶, apontou o problema do colonialismo como um elemento chave na exploração econômica a que prosperaram as potências industriais, sendo ele transversal na formação sócio-histórica das regiões de fome, onde se produz matéria-prima para alimentar a indústria europeia e norte-americana. O autor entendeu e defendeu a necessidade de uma ruptura com a política colonial para que a população trabalhadora das regiões colonizadas se libertasse, de fato, também da escravidão da fome; denunciou a exploração latifundiária como um grande esteio do colonialismo, e defendeu a reforma agrária e a agricultura de sustentação como saídas possíveis. Para ele, a fome tal qual se apresenta, é um fenômeno coletivo e não individual.

⁶ Segundo Castro (2006), a fome endêmica é de manifestação permanente e se reproduz biologicamente; a fome epidêmica, de manifestação transitória, quando de catástrofes, guerras, é mais visível ou mesmo noticiada; e a fome oculta, ‘invisível’ ou parcial, que corresponde à subnutrição e se manifesta de diversas formas, como a carência nutricional.

Essas abordagens levam para a problematização sobre agroecossistema e, por consequência, sistema agroalimentar, exatamente pela dimensão social e cultural que determina as formas de produção de alimento, mas que também se operam a partir do acesso à terra e manejo ambiental.

Os agroecossistemas são ecossistemas artificializados que conformam um subsistema particular no metabolismo geral entre a sociedade e a natureza. Portanto, são produto de relações socioecológicas. Uma mudança de cultivo, por exemplo, é uma decisão de raízes socioeconômicas e, ao mesmo tempo, consequências ambientais. Essas dinâmicas socioecológicas se integram nas relações sociais mais abrangentes, nas quais estão presentes poder e conflito (Molina, *et al*, 2023, p. 25).

Diante do exposto e das tantas lacunas ainda por serem aprofundadas, se torna cada vez mais explícito o quão insustentável é o sistema agroalimentar hegemônico operado pela agricultura capitalista e conhecido como agronegócio. Ele é insustentável do ponto de vista ambiental, econômico, social e cultural, e rompe profundamente toda e qualquer relação sociometabólica para com a natureza. No contraposto, a Agroecologia se apresenta como uma alternativa viável, crítica, política, científica e de resistência camponesa.

A sustentabilidade de um agroecossistema não é somente o resultado de determinadas propriedades físicas e biológicas, mas também o reflexo de relações de poder. Consequentemente, a Agroecologia deve se dotar de uma teoria apropriada para abordar a dimensão política da sustentabilidade dos agroecossistemas e dos sistemas agroalimentares [...] (Molina, *et al*, 2023, p. 26).

Por sua vez, a agroecologia, como práxis e dialética, conjuga teoria crítica, prática social e movimento social. Os autores falam que como teoria crítica, ela “questiona radicalmente a agricultura industrial, fornecendo ao mesmo tempo bases conceituais e metodológicas para o desenvolvimento de sistemas agroalimentares economicamente eficientes, socialmente justos e ecologicamente sustentáveis”; como prática social, “se expressa na diversidade e na criatividade das formas de resistência e luta do campesinato”; e como movimento social

[...] mobiliza sujeitos envolvidos prática e teoricamente em sua construção, assim como setores crescentes da população, mobilizados em lutas por justiça social, saúde coletiva, soberania e segurança alimentar e nutricional, economia social, solidária e ecológica, equidade de gênero, contra o racismo e o colonialismo e por relações mais equilibradas entre o mundo rural e as cidades (Molina, *et al*, 2023, p. 165).

Ao olhar para a magnitude e a complexidade do modelo agrário hegemônico, o enfrentamento ao agronegócio significa um desafio muito grande. Nas estratégias de



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

fortalecimento e de disputa por modelos de agricultura e societários, a agroecologia precisa disputar um projeto político estratégico sólido e coerente na construção e fortalecimento das alternativas contra hegemônicas que produz, e que se retroalimenta na resistência camponesa evidenciada pela luta de classes no campo. As lutas por soberania e segurança alimentar e nutricional, por comida de verdade e acessível e por reconstruir a relação sociometabólica rompida, são lutas que atravessam estruturalmente os dilemas colocados de forma mais evidente na atual conjuntura e urgência de superação do modo de produção dominante.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No percurso deste trabalho foi possível problematizar elementos fundamentais e estruturantes a respeito da conformação da questão agrária, do sistema agroalimentar tendo como ponto de partida a particularidade do desenvolvimento capitalista dependente brasileiro e conseqüentemente suas contradições que levam milhões de pessoas à fome e ao aprofundamento da dependência nos países latinos.

A partir das questões problematizadas, conclui-se que, além de a fome ser um fenômeno político, o arcabouço ideo-político do agronegócio demarca presença extremamente importante no cenário da política brasileira. Isso contribui para garantir a permanência e a ampliação de seus interesses em detrimento de inúmeras conseqüências econômicas, políticas, sociais, ambientais, e no processo de destruição do humano que nos aproxima da possibilidade de nos extinguirmos. A análise apresentada por Svampa (2019), em torno das características do neoextrativismo e do *boom de commodities*, em diálogo com Bombardi (2023) sobre colonialismo químico, fornecem elementos amplos para compreender a magnitude dos efeitos deletérios que o agronegócio tem sobre a terra e a economia, com rebatimentos no conjunto da sociedade e nas dimensões das relações sociais estabelecidas, agravando as expressões da questão social.

Sabe-se também que o extrativismo e neoextrativismo reinante ao longo da colonização na América Latina, mesmo após os processos de independência e da constituição de Estados-Nação, afeta principal e diretamente comunidades camponesas, caboclas, de povos tradicionais e originários de uma forma geral. Para esses grupos, a terra possui uma dimensão cultural extremamente importante, onde não está reduzida à natureza, mas também é social, espiritual, histórica e de onde provém o trabalho. Também a questão agrária que se circunscreve em torno dos conflitos de interesses postos na correlação de forças e na luta de classes, explicita



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

as contradições em torno do acesso à terra e seu uso. A mudança no sistema de propriedade da terra é fundamental para construir uma nação democrática e soberana de fato, incluso para superar a dívida social histórica do país para com tais grupos.

Por suposto, acredita-se que a resolução da questão agrária terá que passar pela reforma agrária como forma de democratizar a terra historicamente concentrada, democratizando também o poder. Entretanto, Ianni (1988) sinalizava que a própria reforma agrária, nas experiências latinas, ficou restrita ao viés econômico, em detrimento de seu viés social e político, sob o risco de não se traduzir em conquistas políticas democráticas de fato.

Se, para o autor, a revolução burguesa não foi capaz de resolver o problema agrário para os grupos sociais historicamente marginalizados, as desigualdades provocadas alimentam as contradições que podem ser fundamentais para que surjam movimentos sociais, protestos, revoltas. Dessa forma, junto da urgência da conquista da terra, segue a provocação sobre a existência, ou não, de potências de rupturas a partir de uma 'atualização histórica' do campesinato, e onde a luta camponesa por meio da agroecologia, por exemplo, pode ser compreendida como produto de uma relação dialética, fruto da organização de uma classe historicamente oprimida.

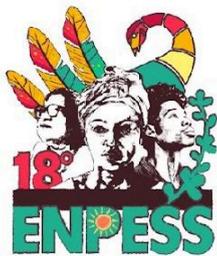
REFERÊNCIAS

BOMBARDI, Larissa Mies. **Agrotóxicos e colonialismo químico**. São Paulo: Elefante, 2023.

BRASIL. **14,7 milhões de pessoas deixaram de passar fome no Brasil no ano passado**. Brasília: Agência Gov/Via Secom-PR. 24 de julho de 2024. Disponível em: <<https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202407/mapa-da-fome-da-onu-inseguranca-alimentar-sev-era-cai-85-no-brasil-em-2023-1>>. Acesso em: 20 de ago. 2024.

_____. **Exportações do agronegócio brasileiro atingem US\$ 15,20 bi em junho e US\$ 82,39 bi no semestre**. Brasília: Secretaria de Comunicação Social. 15 de julho de 2024. Disponível em: <<https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2024/07/exportacoes-do-agronegocio-brasileiro-atingem-us-15-20-bi-em-junho-e-us-82-39-bi-no-semester#:~:text=As%20vendas%20externas%20brasileiras%20de,que%20atingiu%2015%2C02%20bilh%C3%B5es>>. Acesso em: 20 de ago. 2024.

_____. **Lula lança Plano Safra 24/25 com R\$ 400,59 bilhões para médios e grandes produtores rurais**. Brasília: Agência Gov/Via Secom-PR. 03 de julho de 2024. Disponível em: <<https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202407/lula-lanca-plano-safra-24-25-com-r-400-59-bilhoes-para-medios-e-grandes-produtores-rurais>>. Acesso em: 30 jul. 2024.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome**: o dilema brasileiro: pão ou aço. 6 ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. **Geopolítica da fome**: ensaio sobre os problemas de alimentação e de população. 2º v., 8ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1968.

CHÃ, Ana Manuela. **Agronegócio e a indústria cultural** – estratégias das empresas para a construção da hegemonia. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FRENTE PARLAMENTAR AGROPECUÁRIA. **História da FPA**. Disponível em: <<https://fpagropecuaria.org.br/historia-da-fpa/>>. Acesso em: 20 de jul. 2024.

IANNI, Octávio. A questão nacional na América Latina. **Estudos Avançados**. São Paulo, v 2, ano 1, p. 1-36, mar. 1988. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ea/a/RCPQ59yCw3tPnpYZqHftw7t/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 20 jul. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017** – resultados definitivos. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro_2017_resultados_definitivos.pdf. Acesso em: 07 jul. 2024.

LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **Terra Prometida**: uma história da Questão Agrária no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

MOLINA, Manuel González de; *et al.* **Introdução à agroecologia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2023.

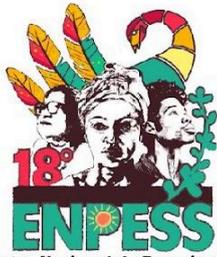
OSÓRIO, Jaime. **O Estado no centro da mundialização**: a sociedade civil e o tema do poder. 2ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

REDE BRASILEIRA de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar/PENSSAN. **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil** – II VIGISAN: Relatório Final. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert; Rede PENSSAN, 2022. Disponível em: <<https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>>. Acesso em 20 de ago. 2024.

SILVA, Maria das Graças e. **Questão ambiental e desenvolvimento sustentável**: um desafio ético-político ao Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2010.

SVAMPA, Maristela. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina** – conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências. São Paulo: Elefante, 2019.

ZIEGLER, Jean. **Destruição em massa** – geopolítica da fome. São Paulo: Cortez, 2013.



**Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social**

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

**Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social**